

ENCONTRO COM GOVERNADORES NO SENADO FEDERAL

PRONUNCIAMENTO DE RENAN CALHEIROS

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conclamou os governadores, na quarta-feira, 20, à construção de uma agenda positiva para garantir o equilíbrio da federação e superar a crise econômica. Ao abrir encontro sobre o pacto federativo, ele fez balanço das iniciativas aprovadas e implementadas pelo Legislativo e manifestou sua disposição de ouvir os governadores para definir os próximos passos. Ele citou avanços na questão, como o fim da guerra de ICMS nos portos, proporcionado pela Resolução 13/12. Disse que essa variante da guerra fiscal prejudicava a competitividade da indústria brasileira e criava conflito entre os estados. Outra iniciativa importante citada por ele foi a aprovação pela Casa do [PLS 130/14](#), que permite convalidar os incentivos fiscais concedidos pelos estados sem aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Sem a regularização desses incentivos, os estados vivem grande insegurança jurídica, já que eles são considerados ilegais pela Justiça. O projeto está na Câmara dos Deputados. Renan disse que o Senado aguarda do Executivo a proposta de criação de um fundo de compensação para que a Casa conclua a votação do [PRS 1/13](#), que institui a reforma do ICMS, com a redução das alíquotas interestaduais e maior peso à tributação no destino das mercadorias. Outra iniciativa legislativa destacada pelo presidente do Senado foi a aprovação do [PLS 240/13](#), que institui novas regras de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A aprovação dessa norma, que se transformou na Lei Complementar 143/2013, era condição necessária para a continuidade do repasse aos estados das quotas do fundo. Renan citou como decisão importante a aprovação do [PLC 99/13](#), que limita os juros reais a 4% ao ano (ou Selic, o que for menor), mais correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos empréstimos da União para estados e municípios. O presidente do Senado lembrou que os estados e municípios pagam como encargos de suas dívidas o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros variáveis de 6 a 9%; A partir de janeiro do próximo ano, como notou Renan, haverá a troca definitiva desse indexador, favorecendo o caixa de estados e municípios. Renan destacou ainda a permissão para os estados e municípios utilizarem até 70% dos depósitos judiciais e administrativos, o que, segundo ele, dotará essas unidades federativas de mais recursos no momento de crise que o país atravessa. Essa permissão é prevista no mesmo [PLC 15/15](#) que prevê a troca de indexador da dívida a partir de 2016. Por fim, o presidente do Senado ressaltou a promulgação da Emenda Constitucional 87, resultante da [PEC 103/11](#), que reparte entre estados de origem e de destino o ICMS das vendas pela internet.



PRONUNCIAMENTO DE EDUARDO CUNHA

Ao pronunciar-se na abertura do evento, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, afirmou que estados e municípios estão perdendo a capacidade de se sustentar porque ganham constantemente novas atribuições sem a respectiva fonte de sustento. Para impedir tal situação, ele defendeu a [Proposta de Emenda à Constituição 172012](#), que proíbe a transferência de encargos aos estados e municípios sem repasse de recursos correspondentes. “A PEC está tramitando na Câmara e vamos levar ao Plenário até o fim do primeiro semestre deste ano. Com isso, vai ser vedada a criação de obrigações sem a fonte de financiamento. Até hoje, colocamos obrigações sem que tenham condições de cumprir, o que tem levado à insolvência” — afirmou. Prometeu também atuação conjunta das duas casas do Congresso Nacional na aprovação de propostas que aperfeiçoem a federação brasileira.

DESDOBRAMENTO DOS TRABALHOS:

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) foi escolhido para presidir a comissão especial anunciada na quarta-feira, 20, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião com governadores, para acompanhar o encaminhamento dos temas federativos levantados. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) será a vice-presidente da comissão, e o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o relator. Entre os pontos principais mencionados pelos governadores presentes à reunião com Renan Calheiros e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, estão a destinação de mais tributos para os fundos constitucionais distribuídos a estados e municípios; a proibição de criação de despesas para os entes federados sem previsão de fonte de recursos; a liberação da contratação de financiamentos; e uma maior participação da União na saúde e na segurança pública. Os temas já deverão ser discutidos nesta quinta, 21, por Renan e Cunha para se estabelecer uma agenda legislativa complementar entre as duas Casas. Um grupo de dois senadores — José Serra (PSDB-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR) — e dois deputados — André Moura (PSC-SE) e Danilo Forte (PMDB-CE) — ficou encarregado de sistematizar as propostas para essa reunião. Walter Pinheiro destacou que o fortalecimento de estados e municípios é essencial para impulsionar a economia do país. “A proposta é reunir todas as propostas que tramitam na Casa e criar uma nova relação com a União e os mecanismos de partilha da receita dos tributos arrecadados entre os entes da Federação, estados e o Distrito Federal e os municípios, com enfoque no desenvolvimento regional, um dos principais motores da economia local e nacional”.

PRONUNCIAMENTO DOS GOVERNADORES:

◆ **TIÃO VIANA, DO ACRE** ► revelou que negocia com a equipe econômica do governo a criação de um fundo de desenvolvimento para os estados, como saída para a queda nos investimentos por que passa o país. Disse que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cumpriu um papel relevante nos últimos anos, mas que neste momento de ajuste fiscal está com suas verbas retidas. O mesmo, acrescentou, ocorre com a transferência de recursos da União para os fundos regionais. “É preciso que o Legislativo converse com a União para criarmos uma alternativa, pois os estados caminham para o abismo e, por enquanto, sem nenhuma perspectiva em termos de desenvolvimento”.

◆ **PEDRO TAQUES, DE MATO GROSSO** ► solicitou aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que definam uma agenda para que o Congresso aprecie durante todo um mês uma pauta totalmente dedicada a ajustes no pacto federativo. “Existem propostas que beneficiam alguns estados e prejudicam outros, e vice-versa. A definição de uma agenda exclusiva poderia levar à conciliação dos diversos interesses” — defendeu. Taques ainda cobrou do governo federal o repasse do Fundo de Exportação deste ano, cerca de R\$ 100 milhões. Ainda lembrou que participou do encontro realizado em 2013 na condição de senador, e que os temas tratados naquela época são “os mesmos de hoje”.

◆ **PAPALÉO PAES, VICE-GOVERNADOR DO AMAPÁ** ► afirmou que o governo federal se esquece de dar atenção aos estados do Norte, principalmente aos mais novos, criados a partir da Constituição de 1988. Na opinião do ex-senador, que representou o governador do estado, Waldez Góes, o Amapá sofre desde a sua criação com problemas como a questão fundiária, já que até hoje a União não transferiu a propriedade das terras. Isso dificulta, por exemplo, a criação da chamada “zona franca verde” local e das zonas de processamento de exportação na região. Apontou problemas como a ausência de órgãos federais na cidade de Oiapoque, extremo Norte do país, o que impossibilita o trânsito com a Guiana Francesa, mesmo com a existência de uma ponte já praticamente concluída ligando os dois países. Papaléo mencionou as dificuldades enfrentadas pelo governo do Amapá na tentativa de fazer uma barreira epidemiológica para evitar que a chikungunya migre da região para o resto do país de forma intensa, pois lá já existem mais de 1,6 mil casos confirmados. Papaléo argumentou ainda a favor das medidas para o encerramento da guerra fiscal, mas cobrou a criação, com fonte de recursos definida, de um fundo de compensação.

◆ **RUI COSTA, DA BAHIA** ► pediu aos presidentes da Câmara e do Senado que, antes da votação de projetos de lei, dialoguem com governadores e prefeitos sobre os impactos das proposições na arrecadação e nas despesas de estados e municípios. Disse considerar relevantes os pontos elencados pelos governadores que falaram antes dele, mas destacou dois temas como prioritários: saúde e segurança pública. “O Congresso precisa repensar o modelo de financiamento da saúde pública” — pediu. E para resolver os problemas da segurança pública, ele defendeu a articulação de todos os entes da Federação, de forma a colocar o tema “no topo da agenda”, dando tratamento nacional ao assunto.

◆ **REINALDO AZAMBUJA, DO MATO GROSSO DO SUL** ► ao falar sobre o que classificou como impagável dívida de Mato Grosso do Sul com a União, disse que os estados brasileiros têm sido vítimas de “uma agiotagem oficial”, visto que, por mais que paguem, não conseguem saldar seus compromissos financeiros. Disse que Mato Grosso do Sul devia, em 1998, R\$ 2,25 bilhões. Dezesesseis anos depois, a dívida saltou para R\$ 7,8 bilhões, mesmo tendo pago durante o período R\$ 6,7 bi. “Notamos que nesses anos houve agiotagem oficial à custa do sacrifício dos estados. Hoje Mato Grosso do Sul desembolsa 15% de sua receita corrente líquida, mas cada ente desembolsa um percentual diferente” — afirmou. Defendeu o fim dessas diferenças e sugeriu a fixação de um parâmetro único e aceitável para o pagamento das dívidas. “Nossa proposta é que todos desembolsem igualmente 9% de suas receitas correntes líquidas. É preciso mexer no fluxo de pagamento para que haja um desembolso igualitário” — defendeu.

◆ **RICARDO COUTINHO, DA PARAÍBA** ► propôs que o Congresso Nacional trabalhe em uma proposição para estados e municípios compartilharem a receita proveniente das contribuições, cujo uso hoje é restrito à União. “Nossa proposta é que o Congresso Nacional trabalhe, ao lado do Executivo, para que em um prazo mediano, algo como 10 anos, faça a entrada dessas contribuições na partilha da receita [para estados e municípios], começando agora, mas com prazo para a União se adequar” — afirmou. Segundo dados mencionados pelo governador, no passado, o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) correspondiam a 80% de toda a arrecadação do país, excluindo a previdenciária. As demais receitas obtidas com contribuições, por exemplo, somavam 20%. Já em 2014, IR e IPI — os únicos recursos que são divididos com estados e municípios — equivaliam a apenas 45% da arrecadação, enquanto as outras contribuições já respondiam por 55% da receita. Elogiou iniciativa aprovada pelo Congresso que modificou a tributação sobre o comércio eletrônico e prejudicava os estados do Nordeste em detrimento dos mais desenvolvidos. Ele apresentou as seguintes sugestões:

- Que os estados não precisem de autorização da União para contrair empréstimos;
- Que a modificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ocorra, mas aliada à criação de um fundo de desenvolvimento regional, com recursos definidos, para que o Nordeste tenha um instrumento de atratividade de empresas;
- Que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para as obras hídricas não sejam paralisadas nem sofram grandes cortes no ajuste fiscal em curso, pois são importantes para mitigar os efeitos da seca que já dura pelo menos quatro anos na região;
- Que os estados possam dispor dos recursos de depósitos judiciais e extrajudiciais, com a responsabilidade de repor o dinheiro caso a Justiça decida que deve haver o pagamento;
- Que seja estabelecido, no mínimo, um piso para a aplicação de recursos da União na saúde. Em 1988, a União era responsável por 88% do financiamento da saúde pública do país, hoje não chega a 47%. Os estados estão cada vez mais sendo chamados a resolver problemas de uma população que envelhece e requer atendimento de alta complexidade. Isso faz com que os estados tenham que ultrapassar em muito o que lhes compete nesse financiamento;
- Que a União defina uma política nacional na área de segurança pública, dando um padrão mínimo e igualitário a todos os estados, com um pacto nacional para nivelar ações, a partir de políticas transversais que revertam o quadro perturbador de violência atual.

◆ **MARCONI PERILLO, DE GOIÁS** ► mencionou como uma das principais pautas de interesse dos estados a aprovação [PEC 172/12](#), em discussão na Câmara, que proíbe a criação de obrigações para os entes federados sem a previsão da fonte dos recursos necessários ao seu custeio. Em relação à segurança pública, o governador de Goiás sugeriu alterações no Código Penal, para combater a reincidência de crimes, e criticou o contingenciamento de R\$ 11 bilhões do Fundo Penitenciário, que poderiam ser utilizados na construção e melhoria de presídios. Ele declarou apoio, ainda, à autorização para os estados usarem recursos de depósitos judiciais e administrativos, prevista no [PLC 15/15](#), e a mudanças na Lei Kandir, para reverter perdas bilionárias para os estados nas exportações. Participante da reunião anterior de governadores, em 2013, Perillo disse ter mais confiança em resultados positivos no encontro deste ano, principalmente devido à postura independente apresentada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha.

◆ **JOSÉ IVO SARTORI, DO RIO GRANDE DO SUL** ► em nome de seu estado, o Rio Grande do Sul, e dos governos de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, disse que os governadores conhecem as dificuldades da economia do país e também estão fazendo ajustes em seus Orçamentos, mas salientou que os estados precisam da ajuda da União para retomar os investimentos. Ele fez um apelo pela redução do percentual de endividamento dos estados e criticou mudanças em curso no Simples Nacional, as quais, disse, também tiram a capacidade de investimento dos estados. Manifestou-se em favor do Fundo de Segurança Pública e do compromisso conjunto de mudança da política previdenciária, mas pediu que os recursos da Lei Kandir e do Fundo de Exportação cheguem até os estados exportadores. Sartori criticou a definição de pisos salariais de funcionários públicos, definidos, conforme afirmou, sem ter em conta a situação dos estados. Ao final, ele pediu aos presidentes do Senado e da Câmara que tomem cuidado com projetos de lei que tramitam nas duas Casas. Se aprovados em conjunto, acrescentou, eles podem retirar até R\$ 100 bilhões dos estados.

◆ **GERALDO ALCKMIN, DE SÃO PAULO** ► apresentou uma série de sugestões para melhorar a situação de estados e municípios e para que haja maior equilíbrio entre os entes federados. A primeira delas, segundo ele, não gera despesa alguma para a União, que é a permissão para que estados legislem sobre matérias pré-processuais, o que agilizaria, por exemplo, o andamento dos inquéritos policiais. Sugeriu a aprovação do [PLS 95/2015](#), do senador José Serra (PSDB-SP), que estimula os prestadores de serviços de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos no setor, por meio de incentivos fiscais, relativos ao PIS e Pasep. Segundo ele, não existem tributos estaduais e municipais para o setor e os governantes locais têm de arcar com essa despesa. Outra proposta apresentada por Alckmin diz respeito à concessão de aposentadorias. Ele lembrou a existência de reciprocidade, segundo a qual o tempo do trabalhador na iniciativa privada conta para o setor público e vice-versa. Todavia, ele chamou atenção para o fato de a maioria dos funcionários virem da iniciativa privada para se aposentarem pelo Estado. Em relação à saúde, o governador reclamou do subfinanciamento por parte da União e pediu a revisão do teto de repasses. Além disso, ele reivindicou o direito de estados e municípios cobrarem das seguradoras de saúde, responsabilidade que hoje é exclusiva do Ministério da Saúde.

◆ **RODRIGO ROLLEMBERG, DO DISTRITO FEDERAL** ► defendeu a aprovação de cinco projetos que no seu entender são de "crucial importância" para os estados. O primeiro citado foi o [PLP 54/15](#), já aprovado pelo Senado, que convalida os benefícios fiscais concedidos por estados a empresas e permite aos estados utilizarem as mesmas alíquotas tributárias. Pediu a aprovação da PEC de autoria do deputado Mendonça Filho (DEM-PE) que impede o aumento de despesas dos estados por parte da União sem determinar a respectiva fonte de receitas. Também defendeu a adoção da "alíquota zero" para o Pasep, nas transações entre União e estados, projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) em análise pelo Senado. Rollemberg também articula a apresentação de um projeto de lei que permitiria o abatimento de parte das dívidas estaduais com o governo federal por meio dos créditos previdenciários. Por fim Rollemberg elogiou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pela disposição em votar o projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que permite a utilização de depósitos judiciais em até 70% pelos estados.

◆ **SIMÃO JATENE, DO PARÁ** ► disse que desde o início da vigência da [Lei Kandir](#), em 1996, a União deixou de repassar aos estados R\$ 345 bilhões que deveriam ter entrado nos cofres dessas unidades federativas a título de compensação por perdas decorrente da desoneração dos produtos para exportação. Segundo Jatene, a compensação, que no início cobria 90% das perdas dos estados, está reduzida hoje a menos de 5%. Para ele, a postura da União de não compensar estados que contribuem para o equilíbrio das contas externas do país é "uma violência contra a federação". Falando em nome dos governadores da região Norte, Jatene defendeu a utilização dos depósitos judiciais e administrativos pelos estados, prevista em emenda do Senado ao PLC 15/2013, e a desoneração das contribuições PIS/Cofins que hoje incidem sobre o faturamento das companhias estaduais de saneamento. Além disso, ele pediu a redução a zero do Pasep cobrado de estados e municípios.

◆ **WELLINGTON DIAS, DO PIAUÍ** ► defendeu a participação dos chefes dos Executivos estaduais em reunião na definição da pauta prioritária de projetos para o primeiro semestre do ano. Wellington listou uma série de propostas que em sua avaliação ajudarão a melhorar as finanças dos estados e estimular o crescimento do país. Uma delas é o projeto de resolução do Senado ([PRS 15/2015](#)). O texto permite que estados e municípios que tiveram perda de arrecadação com a exploração de petróleo e gás natural possam tomar empréstimos como antecipação de receitas sem se sujeitarem aos limites de endividamento previstos na [Resolução 43/2011](#), do Senado. "O que se deseja é que seja permitido também uma cobrança do ICMS pela rede bancária, mais precisamente pelo Banco do Brasil, e que seja possível que os bancos nesse processo de cobrança possam antecipar uma receita que na verdade é pretérita, que já devia ter sido paga" — disse. Apoiou ainda a criação de um fundo de segurança: "Uma participação da União para viabilizar o custeio de pessoal como acontece hoje com a Saúde e com a Educação" — explicou. Dias ainda afirmou que o país precisa enfrentar os problemas da previdência social e defendeu o ajuste fiscal do governo federal.

DEBATES DIVERSOS NO CONGRESSO NACIONAL

PACTO FEDERATIVO

Dois debatedores convidados para audiência pública da Comissão Especial de Reforma do Pacto Federativo da Câmara dos Deputados na terça-feira, 19, sugeriram alteração na Lei Complementar 116/03, do Imposto sobre Serviços (ISS), e criticaram decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a aplicação do tributo para operações de leasing. O consultor da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) Eudes Sippel defendeu a alteração legal para socializar o tributo concentrado em paraísos fiscais brasileiros. "A ideia é socializar. A melhor definição é que o esforço de cada cidadão em adquirir o bem seja distribuído naquele município onde ele está. Independentemente de onde ele toma o serviço, o tributo seria devido no domicílio do tomador", afirmou. De acordo com Sippel, uma decisão de 2012 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou o entendimento sobre o leasing para prever que o imposto não seria devido no local de assinatura do contrato, mas no local da perfectibilização, ou seja, onde o financiamento foi aprovado. Isso beneficiou, segundo ele, 21 municípios brasileiros em que estão concentradas as empresas de leasing do País. De 2008 a 2013, a arrecadação do ISS em operações de leasing foi de R\$ 438 bilhões, segundo o consultor da CNM. O professor de direito administrativo, financeiro e tributário Kiyoshi Harada falou que a legislação atual do ISS já seria suficiente para que o tributo fosse recolhido pelo município do estabelecimento procurado pelo tomador do serviço, ou seja, do consumidor. Porém, segundo Harada, a interpretação dada pelo STJ sobre a incidência do fato gerador do ISS foi uma inovação fora da competência do Judiciário. Diferentemente do consultor, que defende o pagamento do ISS sobre o leasing no domicílio de quem quer o financiamento, Harada sugere que o fato gerador seja no município onde o consumidor fechar o negócio. Ele defendeu que o Congresso altere a legislação para evitar interpretações "equivocadas" do recolhimento do ISS. O presidente da comissão, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), disse que um pré-projeto, mais focado na alteração tributária dos municípios, será apresentado na próxima reunião, marcada para a terça-feira, 26, da semana que vem, durante a Marcha dos Municípios.

SANEAMENTO AMBIENTAL

O secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Paulo Ferreira, informou na terça-feira, 19, que o País vai precisar investir cerca de R\$ 508 bilhões para que todos os domicílios brasileiros tenham acesso a saneamento básico até o ano de 2033. Ele participou de audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, e assinalou que apesar da alta estimativa de investimentos, os atuais recursos destinados ao saneamento ainda são muito escassos. Segundo o secretário, criar mecanismos que incentivem a iniciativa privada a colocar dinheiro no setor pode ajudar o País a universalizar o saneamento básico. O secretário admite que a questão passa por alguns aspectos de regulação, garantias, saúde financeira das empresas, capacidade de endividamento dos estados e outras situações complexas. "Como a iniciativa privada tem dito que tem recurso disponível para investimento, nós do ministério temos incentivado para que isso seja concretizado." Do montante de R\$ 508 bilhões que precisam ser investidos em saneamento básico, o Ministério das Cidades estima que R\$ 112 bilhões sejam destinados exclusivamente à gestão das obras no setor. Gestão esta que o deputado João Paulo Papa (PSDB-SP) já criticou em outras audiências da comissão. Outra sugestão dada pelo deputado é que as empresas de saneamento sejam cobradas de forma diferenciada pelo uso de energia elétrica, pois essa é uma das contas mais caras pagas pelo setor.

PATRUS ANANIAS

Em audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, disse na quarta-feira, 20, que o ministério trabalha para a consolidação da agricultura familiar e para a ampliação do número de proprietários e proprietárias rurais no Brasil. Ele lembrou que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) tirou o Brasil do mapa da fome: "No ano passado, a FAO retirou o Brasil do mapa da fome, reconhecendo que os programas de segurança alimentar e nutricional no Brasil tiveram e estão tendo um êxito efetivo no sentido de que o País está superando esse desafio histórico, que é a superação da fome e da desnutrição no território nacional". Um dos questionamentos dos deputados foi sobre a situação dos produtores que estão assentados há mais de 20 anos e não têm a titularidade da terra. O deputado João Rodrigues (PSD-SC) sugeriu um mutirão. A presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Falcon, concordou: "Vamos produzir uma espécie de levantamento do que que a gente tem e pode fazer titulação daqui até dezembro, imediatamente, do que não tem nenhum óbice do ponto de vista jurídico.". O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, disse ainda que está quase tudo pronto para a implantação da Anater, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

JAQUES WAGNER

O ministro da Defesa, Jaques Wagner, afirmou à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, na quarta-feira, 20, que os projetos estratégicos de sua pasta não podem sofrer cortes orçamentários com o contingenciamento. Ele explicou que o Orçamento da Defesa está previsto em R\$ 78 bilhões, sendo que mais da metade é reservada para o custeio de pessoal. O ministro defende a necessidade de cortes orçamentários na sua pasta para manter os marcos macroeconômicos e retomar o crescimento do País. Mas reafirmou que os cortes não podem atingir projetos estratégicos. Ele afirmou que, enquanto for ministro, vai brigar para aumentar o soldo. Apesar de reconhecer a baixa remuneração, ele lembrou que a evolução salarial de 2003 para cá foi acima da média do Poder Executivo e ficou acima de 141%. "Nós temos, ao longo dos últimos 12, 13 anos, um aumento, na média, 30% acima da inflação, então isso é recomposição salarial." O ministro Jaques Wagner explicou que de 2003 para 2015 os investimentos do Ministério da Defesa aumentaram dez vezes. Se o custeio entrar na conta, o aumento nesse período foi de cinco vezes.

MANOEL DIAS

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, afirmou na quarta-feira, 20, que o governo está tomando as medidas necessárias para garantir a retomada da geração de empregos no País. Segundo, ele, os programas sociais irrigam a economia e vão manter uma situação de pleno emprego. “A indústria tem dificuldades, é o setor que mais tem desempregado, mas temos que entender que estamos tomando medidas necessárias. O ajuste fiscal vai recuperar a capacidade de investimento. Basta ver o acordo com a China da ordem de mais de R\$ 150 bilhões”, afirmou. Manoel Dias relativizou os dados sobre desemprego e afirmou que o setor de varejo vai crescer, só neste ano, entre 5% e 6% em relação a 2014. “O Brasil tem um dos melhores mercados do mundo. Vários setores estão se preparando para a retomada da geração de emprego. No setor automobilístico, por exemplo, há empresas que nos prometeram que não vão desempregar ninguém neste ano”, disse. O ministro também ressaltou que, nos últimos 12 anos, houve um crescimento significativo do número de empregos formais. “Há 12 anos, 60% do trabalho brasileiro era informal. Hoje, 60% dos trabalhadores estão formalizados, com carteira assinada”, afirmou. De acordo com Manoel Dias, a meta neste ano é incluir mais 400 mil trabalhadores na formalidade gerando uma arrecadação de mais R\$ 5 bilhões para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Previdência Social.

JUCA FERREIRA

Na opinião do ministro da Cultura, Juca Ferreira, o atual modelo de parceira público-privada via Lei Rouanet ([8.313/91](#)) precisa ser reformulado a fim de evitar o aprofundamento de assimetrias regionais. Segundo ele, 80% do orçamento do governo para financiar as políticas culturais vêm das deduções fiscais da lei, no entanto o investimento em projetos culturais concentra-se no eixo Centro-Sul. O ministro acredita que grande parte dos projetos financiados são os que dão “retorno de imagem” para as empresas. Durante audiência pública promovida na quarta-feira, 20, pela Comissão de Cultura da Câmara, o ministro assinalou que é preciso criar critérios para que se possa distribuir recursos pelo Brasil inteiro. O titular do Minc informou que, a despeito dos problemas, o setor representa 6% do Produto Interno Bruto (PIB). O deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO) quis saber qual estratégia o ministério vai adotar para renovar seus mecanismos de financiamento via Tesouro, Fundo Nacional de Cultura (FNC) e lei do audiovisual (Lei 8.685/93). Ele alertou para o fim da validade, em 2016, do Vale Cultura, que permite acesso a bens culturais aos trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. O parlamentar considerou exíguos os recursos destinados ao Vale Cultura neste ano (R\$ 3 milhões), bem abaixo do patamar de 2014 (R\$ 1.3 bilhão). O ministro Juca Ferreira se comprometeu a articular soluções junto ao Congresso Nacional para que a pasta receba mais recursos por meio de emendas parlamentares, que em 2015 alcançam o montante de R\$ 20 bilhões. “O ministério está “negativado” com o Congresso, nós vamos apresentar muito em breve uma proposta para trazer maior eficiência na execução das emendas parlamentares”, assegurou. Sobre a distribuição dos incentivos fiscais, Juca Ferreira disse que cabe ao Minc apenas atestar a relevância cultural do projeto, a seleção é feita pelo departamento de marketing da empresa. Ainda assim, cerca de 300 profissionais do Minc, a maior parte do copo funcional, trabalha com a análise dos projetos da lei Rouanet. “Além de ser um escândalo, a Lei cria um sistema de valores, no qual o relevante (promoção cultural) é irrelevante”, emendou. Juca Ferreira disse que uma das soluções para estimular a cultura regional é transformá-la em ativo, pagando royalties às comunidades e aproximando-as das universidades. “Enquanto a gente rejeita (o conhecimento tradicional), as grandes empresas de cosméticos mandam antropólogos para conversar com caboclos. Ao final, levam matrizes, fazem testes em laboratórios e patenteiam o produto”. De acordo com dados do ministério, só em 2014, mais de 3 mil projetos captaram recursos por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), sendo 2.810 apresentados por pessoas jurídicas e 463, por pessoas físicas. Esses projetos levantaram um montante de R\$ 1.32 bilhões referentes a doações e patrocínios feitos por incentivadores que se beneficiaram de renúncia fiscal prevista na Lei Rouanet. A maior crítica ao sistema é o seu caráter excludente, segundo Juca Ferreira. O Amapá, por exemplo, não recebe nenhum incentivo por meio da Lei Rouanet. Pelas regras atuais, os limites de deduções da Lei Rouanet são definidos pelo Executivo por meio de regulamento (Decreto 5.761/06) nos seguintes patamares: 6% do imposto devido para pessoas físicas e 4% para pessoas jurídicas.

TEREZA CAMPELLO

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, informou durante audiência pública na quarta-feira, 20, que sete estados e 592 municípios não estão recebendo recursos federais para serviços de assistência social porque ainda têm dinheiro para gastar. No debate promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família, a ministra informou ainda que desde o ano passado foram identificados R\$ 2 bilhões em recursos não gastos que, na avaliação do ministério, devem estar sendo economizados para a geração de superavit primário nas prefeituras e governos estaduais. A ministra explicou que os recursos foram suspensos por uma portaria: "Esse dinheiro estava ficando parado nas contas fazendo o que? Superavit fiscal dos municípios. Isso não tem cabimento. Nós decidimos suspender os repasses para quem tivesse mais de um ano de dinheiro da assistência social parado em conta. Não é nenhuma medida dramática. Quem estava com mais de um ano, tá suspenso". Tereza Campello também foi questionada sobre o programa Bolsa Família que, segundo ela, atinge cerca de 14 milhões de famílias no País. O deputado Roney Nemer (PMDB-DF) cobrou prazos para pagamento do benefício e ações para a melhoria da renda própria das famílias. "A gente vê muitas pessoas que se acostumam com o benefício e não querem trabalhar. Ficam nesse benefício porque ficam 5 anos, 10 anos recebendo o benefício." A ministra explicou que 75% da população adulta que recebe o Bolsa Família tem trabalho declarado; o mesmo percentual da População Economicamente Ativa do País. Segundo ela, o benefício é apenas um complemento de renda porque paga em média R\$ 170 por mês enquanto o salário mínimo é de R\$ 788.